

ATA NÚMERO 11

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 JUNHO DE 2019

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Moraes Clemente, Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Lucinda Fonseca, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Joana Filipa Magalhães em substituição de Nuno Queirós e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, **Paulo Barreira**, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, **Carlos Alberto Freitas Miranda**, Fernando José Moura e Silva, Maria do Rosário Magalhães Loureiro, Pedro Miguel Varejão Reis, **Miguel Ângelo Teixeira Coelho**, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, **Olívia de Carvalho**, **Abílio Sousa Pinto Neves**, Sara Moreira Machado, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão substituído por Norberto Gonçalves
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – António Manuel Teixeira da Silva
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva – Substituída por Luís Carlos Costa Dinis
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo

VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO Joaquim Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Teixeira Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo – Substituído por Torcato Fernando Carvalho Ferreira
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: **Olívia de Carvalho, Sara Maia, Rosário Loureiro, Amélia Oliveira, Hugo Vaz, Lino dos Santos Macedo e Cláudia Daniela Mota e Silva.** Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos.

Os trabalhos continuaram com a análise e discussão da ata da reunião de trinta de abril de 2019. Relativamente a esta ata, solicitaram algumas correções os senhores deputados Estefânio Pinto e António Araújo. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram a ata por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes deputados: Paulo Barreira e Alfredo Teixeira Carvalho.

Da votação da ata resultou a aprovação por **UNANIMIDADE.**

De seguida deu entrada na Mesa um VOTO DE PESAR, em memória de Augustina Bessa Luís, subscrito por todos os líderes com assento na Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve na íntegra:

“VOTO DE PESAR”

“A Assembleia Municipal de Amarante expressa o seu profundo pesar pelo falecimento de Augustina Bessa-Luís, um dos vultos maiores da literatura e da cultura contemporâneas.

Augustina Bessa-Luís, de seu nome completo Maria Agustina Ferreira Teixeira Bessa-Luís, nasceu no dia 15 de outubro de 1922, em Vila Meã, Amarante.

Autora de várias dezenas de obras, entre romances, contos, peças teatrais, livros infantis e crónicas, a escritora dedicou ainda o seu tempo a outras atividades, entre elas, diretora do jornal diário O Primeiro de Janeiro, no Porto, e diretora do Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa. Era ainda membro da Academia de Ciências de Lisboa, na Classe das Letras, da Academia Europeia de Ciências, das Artes e das Letras, e da Academia Brasileira de Letras.

Escritora de grande genialidade artística, de enorme inteligência e de extrema sensibilidade, com um domínio perfeito da língua portuguesa e um conhecimento profundo das paixões e comportamentos humanos, a sua obra tem sobretudo por cenário o norte, onde escolheu viver, convocando incessantemente a ficção para compreender o mundo.

Estreou-se literariamente com a novela 'Mundo Fechado', em 1948, e destacou-se, em 1954, com a publicação de 'A Sibila', obra que lhe valeu os prémios Delfim Guimarães e Eça de Queirós.

Com mais de 50 obras publicadas, Augustina Bessa-Luís foi distinguida com inúmeros prémios, nomeadamente o Prémio Eça de Queirós (1954), o Prémio Nacional de Novelística (1967), o Prémio D. Diniz (1981), o Grande Prémio Romance e Novela (1983 e 2001) e o Prémio Camões (2004). As suas obras foram traduzidas em várias

línguas, tendo alguns dos seus romances chegado ao cinema, pelo realizador Manoel de Oliveira.

Agustina Bessa-Luís foi condecorada como Grande Oficial da Ordem de Santiago da Espada, de Portugal, em 1981, elevada a Grã-Cruz em 2006, e com o grau de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras, de França, em 1989. A Câmara Municipal de Amarante atribuiu-lhe, em 1995, a Medalha de Honra do Município, tendo-se ainda associado a outras instituições em 2010, para a realização de uma exposição e conferências sobre a escritora amarantina. Em 2017, o Município de Amarante estabeleceu um protocolo com o Círculo Literário Agustina Bessa-Luís, com vista, essencialmente, ao apoio à produção de três documentários baseados na obra de Agustina.

Em 2006, lançou o livro "A Ronda da Noite" e, por questões de saúde, afastou-se da produção literária, tendo, porém, visto reeditadas muitas das suas obras.

A Assembleia Municipal de Amarante expressa ainda sentidas condolências aos familiares".

Lido o Voto de Pesar, foi de imediato guardado um minuto de silêncio em sua memória.

Seguidamente foi dado início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: "Exmo. Senhor Presidente da Câmara, foi apresentado no dia 7 de maio pela Ordem dos Economistas Portugueses, O **RATING MUNICIPAL PORTUGUÊS 2019.**

Esse documento deve levar-nos a refletir que caminho deveremos escolher e consequentemente ter implicações políticas.

Com a leitura e análise desse documento, e dos seus resultados nos indicadores-chave de desenvolvimento económico e social, transparência e eficácia de governação e a responsabilidade e eficiência de serviço ao cidadão, podem os autarcas melhorar, a sustentabilidade da comunidade em que se inserem, e que governam, passando a ser o eixo fundamental da sua ação.

Os resultados obtidos na avaliação dos 308 municípios portugueses, para os anos de 2016 e 2018, em que cada município obteve um score final por ranking global e por dimensão de avaliação uma dessas dimensões era a Governance, ou seja, a qualidade da gestão financeira e orçamental, a eficiência da máquina administrativa, a qualidade da administração pública e a existência de transparência, a prestação de contas e estratégias de combate à corrupção.

Nessa dimensão o melhor município é o de Castro Marim (em 2016, era o de Alfandega da Fé). O município com pior Governance é o de Moura.

É também curioso que os municípios com melhor Governance se situam nas regiões Norte e Centro e são municípios pequenos ou médios.

Amarante foi uma exceção pelas piores razões, pois ficou posicionado no lugar nº 232 dos 308 municípios, ou seja, apenas a 76 lugares do fim da tabela.

A pergunta óbvia é: quando pretende o senhor Presidente alterar radicalmente a sua conduta em relação à forma e ao conteúdo como gere este município?

Sabia que o senhor Presidente iria desvalorizar o estudo, contudo repito que nesse mesmo estudo é feito pela ordem dos economistas, portanto válido e relevante...

Mas já que lançou o desafio de o comparar com os resultados dos concelhos vizinhos, estes, estão na dimensão da Governance, que é a que depende diretamente da intervenção da liderança dos municípios, nas seguintes posições: Baião 13 // Lousada 25 // Marco 33... Sabe qual é a grande diferença e essa não é comparável... É que essas são autarquias geridas pelos eleitos em listas do Partido Socialista.

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra disse: “Queria dar a minha opinião que contrasta com diversas iniciativas louváveis do município. Queria falar, por exemplo, de segurança, que teve um aumento, nomeadamente no que diz respeito à pequena criminalidade que eu recentemente senti. Para além disto, quando vamos ao posto da GNR para denunciar ou fazer a nossa queixa, sentimos dificuldades porque empurram de uns para os outros, protelam. Eu próprio fui vítima de um furto e só à terceira tentativa é que consegui fazer a minha queixa.

Quero também fazer uma chamada de atenção para a paisagem visual, que não me parece bonita que continua em exibição nas nossas rotundas e nas entradas e saídas da cidade e que tem a ver com os rostos e os slogans dos nossos candidatos às eleições europeias, que foram a 16 de maio, mas que ainda lá estão. Será que vão ficar para as próximas eleições? A Camara Municipal tem algum poder para os retirar?

Por fim, quero dar conhecimento do descontentamento que todos estamos a sentir com a recolha do lixo que tem sido horrível. Não sei o que se passa, mas sei que há Juntas de Freguesia que todos os dias se tem queixado. O espetáculo é vergonhoso e basta ver o que se está a passar junto aos contentores do lixo. Em Ansiães já há duas semanas que não há recolha de lixo. Se o senhor Presidente da Câmara me puder esclarecer, agradeço”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Isto agora dos ratings e dos estudos é prática comum. Saiu há pouco tempo mais um estudo sobre o SIRESP. Entretanto, alguém que presumivelmente perceberá do assunto veio dizer que aquilo não passa de um egocentrismo académico e quem fez o estudo não passa de um mero ignorante. Qualquer rating ou estudo que me apresentem relativo seja a que município for, eu posso dizer que o município está bem, está mal, ou assim assim. Se for ver um determinado setor posso dizer que está mal. Se vir outro diferente poderei dizer que está bem. Então se estivéssemos a falar de freguesias, aí é que teríamos opiniões diversas.

Eu não conhecia este. Deve ser recente. Se formos ver outros ratings feitos por outras entidades, porque também os há, Amarante já não estará nesse lugar. Estará certamente noutra qualquer. Eu lembro-me que havia um índice sobre o índice de transparência que não tinha mais a ver com quem punha nas respetivas páginas do município mais ou menos informação. Depois os promotores dos estudos diziam que tudo era uma questão de transparência e de combate contra a corrupção. Lembro-me que Amarante numa altura estava classificada no lugar cento e tal e a oposição falou sobre isso aqui na Assembleia. Mais tarde, um ano depois, Amarante subiu para trigésimo e já ninguém falou. Só por aqui se vê a variação destas coisas. No ano seguinte desceu outra vez e aí já se falou outra vez. Mas, entretanto, acabou esse rating porque pelos vistos não tinha eficácia nem credibilidade. Não sei se saiu da Ordem dos Economistas e é natural que tenha alguma credibilidade. Haverá outros setores onde estará num lugar melhor do que este. Nos municípios aqui à volta, haverá uns que estarão melhores e outros estarão piores do que o nosso. As análises que me importa nisto, são as análises estruturais. E aí, vou ficar preocupado nos Censos 2021, porque acho que é importante que Amarante aumente a população, porque aí é que nós vamos ver se estruturalmente tomamos as medidas adequadas para o desenvolvimento do nosso município. O rating que mais preocupou a mim foi quando, nos Censos de 2011, que abarcavam um período de 2001 a 2011, Amarante foi o único município, aqui da região que perdeu 5% da população. Todos ganharam população, por incrível que pareça, sendo que apenas Amarante e Baião perderam. Por muito

respeito que eu tenha por Baião acho que não é de comparar. Relativamente a fatores comparáveis como seja: Marco, Felgueiras, Paços de Ferreira, Lousada, Penafiel, Paredes etc., Amarante foi o único que perdeu população. Isto é que é um fator estrutural que me preocupa e espero que em 2021, ano em que vão ser realizados novos Censos, possamos ter boas notícias, ou que pelo menos tomemos medidas nesse sentido porque é importante que Amarante aumente a população. Quanto aos ratings que forem feitos no futuro, Amarante, poderá estar melhor ou pior noutros setores, mas eu acho que podemos sempre melhorar”.

VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra disse: “Este rating foi elaborado por um economista e não pela Ordem dos Economistas. A colaboração da ordem terá sido só na apresentação desse estudo, englobado numa tese de doutoramento. Foi referido que houve a colaboração da ANMP, presidida pelo Partido Socialista, mas este veio pedir que fossem retiradas as menções a seu respeito porque não colaborou em nada. Portanto, um rating é um rating, sabe-se lá elaborado por quem e para que interesses”.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “Relativamente às intervenções que aqui foram feitas hoje, e começando pela primeira, eu não conheço o estudo que o senhor deputado referiu. Obviamente que os estudos têm de ser lidos e avaliados e partir daí, é que devemos fazer uma avaliação dos mesmos. Mesmo quando esses estudos nos dão boa cotação, nem sempre podemos logo hastear a bandeira da felicidade, assim como também não podemos acreditar naquilo que menos bom é dito sobre alguns dos parâmetros. Não será de todo o caso deste, porque acredito que a entidade que o fez seja idónea. Houve em tempos uma entidade dessas que fazem estudos, que pelo facto de não lhe respondermos, passamos logo para último na análise que fizeram. Há efetivamente indicadores que nos preocupavam no passado e que também hoje nos preocupam e que tem a ver com a diminuição da população, que aliás continuamos a perder. Perdemos por várias coisas que temos de corrigir, sendo que algumas delas são estruturais e que vão demorar anos porque tem a ver com um sem número de situações que não se corrigem com a brevidade que gostaríamos. Amarante, mesmo não os conseguindo inverter todos, terá de ser responsável por alguns, porque estamos bem localizados, somos das terras mais bonitas deste país e, portanto, acho que faz sentido pensar numa estratégia para inverter alguns indicadores que me preocupam. Sabemos que depois de 2011 com a crise acentuada que se verificou, Amarante viu muita gente, população entre os vinte e os quarenta anos a emigrar, principalmente pessoas ligadas à construção civil, tendo levado com eles a família e daí ter havido um grande decréscimo de população. Isto é preocupante e é preciso ver como é que vamos inverter isto. O governo tentou recentemente dar um incentivo fiscal para as pessoas regressar, mas todos sabemos que isso não vai lá com incentivos fiscais. Ninguém vai regressar por isso.

Relativamente à questão de Louredo, sei que foram ao local e que está a ser articulado com a Junta a resolução do problema. O projeto está a ser feito e já esta aberta uma rubrica no orçamento. Para além do cemitério de Louredo, há mais três a precisar de intervenção, que são o de Candemil, Gatão e Telões. Estamos também preocupados com o da cidade, porque é urgente encontrar uma solução para a sua ampliação.

Relativamente ao edifício em risco de derrocada em Santa Luzia, o proprietário já foi notificado para esclarecer se resolve ou não o problema. No seguimento disto, depois de cumprido o prazo que lhe foi dado, haverá uma vistoria de segurança e aí se ele não fizer as reparações que têm de ser feitas, obviamente terá de ser a Câmara a fazê-las. No entanto, quero dizer que esta casa já tem o projeto de arquitetura aprovado, aguarda a entrega dos projetos de especialidades e entre uma coisa e outra,

garantindo sempre a segurança de quem passa nas imediações, o edifício entrará brevemente em reabilitação.

A questão da recolha do lixo é pertinente, mas a partir de ontem, depois de terem sido contratados serviços externos está garantido que até sábado fica todo recolhido. Já vivemos este drama há seis anos atrás, mas isto não é desculpa para nada, porque afinal ainda não conseguimos arranjar a solução que se pretende para o lixo. No entanto quero dar-vos nota de que brevemente vai entrar em funcionamento um camião novo, faltando para isso só o visto do Tribunal de Contas, assim como, para o ano que vem será acionado o processo para a aquisição de mais dois novos. A recolha dos resíduos sólidos urbanos, terá de ter uma solução capaz para que não volte a acontecer o que agora aconteceu. Era importante resolver agora este problema, e depois disto julgo que entraremos numa recolha mais ou menos regular. Enquanto não vier o camião novo e um ou outro que está pendente da reparação, termos sempre aqui a preocupação que esta situação se repita. De qualquer das formas a crítica é bem feita, porque eu próprio também sou muito crítico relativamente a isto, porque fica muito mal a Amarante termos este cenário a que assistimos.

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Ansiães, e no que diz respeito à segurança, quero dizer-lhe que estive recentemente numa reunião com o senhor Ministro da Administração Interna, com a senhora Secretária de Estado da Administração Interna e com o senhor Secretário de Estado da Proteção Civil e o senhor Secretário de Estado das Administração Local. Falou-se de vários assuntos e a senhor Dra. Isabel Neto dava referência aos indicadores da segurança. Os indicadores que mostrou, indicavam que a criminalidade em Amarante tem diminuído, sendo que o mais preocupante neste momento é a violência doméstica. A seguir é a pequena ofensa. Este crime passou a ser mais conhecido, não porque não existisse, mas sim porque as pessoas passaram mais a denunciar. As muitas campanhas que têm sido feitas na última década fizeram com que as pessoas, principalmente as mulheres, tivessem coragem de denunciar. Antes tinham vergonha e escondiam. Contudo, não deixa de ter razão porque pode haver algumas zonas ainda com alguma criminalidade. Não estão a querer dizer que não se sintam alguma insegurança. No seguimento desta sua questão até hei-de perguntar à GNR, para tentar perceber outros indicadores.

Relativamente à intervenção nas rotundas, nas entradas e saídas da cidade, que não sendo da responsabilidade da Câmara, mesmo assim, era desejável que os partidos políticos tirassem dali os cartazes. Vamos um dia destes criar aqui um regulamento que discipline a colocação de cartazes, nas rotundas e principalmente na da Vinha. Espero que todos possamos criar no futuro um critério para a colocação dos cartazes, porque é realmente uma vergonha aquilo que por ali se passa”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “Ainda bem que existem tantas redes porque permite aqui que as pessoas possam consultar o tal estudo da Ordem dos Economistas. Ainda bem que se falou aqui nos bons e nos maus indicadores, porque se na altura o PS não falou nos bons indicadores, é porque o PSD tratou disso e por isso não havia necessidade de estarmos a duplicar a comunicação. Por exemplo Baião está na 13ª posição, Lousada 25ª e Marco de Canavezes 33ª. Só para falar de alguns vizinhos. Penafiel, que até é do PSD está na 64ª posição. Não está tão bem posicionada como as do PS, mas também não está muito mal. Também é verdade que a perda de população é notória e isso nota-se cada vez mais nas escolas. Mas para atrair as pessoas, não se pode chumbar uma proposta do PS que tinha a ver com a taxa de IMI familiar e com a taxa variável do IRS e criar uma taxa da derrama, não será certamente a melhor forma pessoas.”

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “A observação que o senhor fez, deu-nos logo a ideia da credibilidade do estudo. Pelos vistos, os municípios do Partido Socialista estão todos bem posicionados. Tenho muito respeito por Baião, mas senhor deputado, não queira comparar Baião com Amarante. Eu vejo a realidade e a realidade é que Amarante tem crescido e tem desenvolvido. Vê-se a olho nu em todos os pontos. O senhor deputado é claro que não vê. É pena que a oposição que o senhor deputado faz seja aquela que o senhor veio aqui anunciar. Os pontos positivos o PSD que os diga, porque o PS diz os negativos. Nós, não fazíamos oposição dessa forma. Realçávamos os negativos, mas também realçávamos os positivos. Eu pelo menos enquanto fui Vereador da oposição fiz sempre isto. Tenho aqui pessoas que podem confirmar isso. Este tipo de oposição é que é séria e credível. Não quero com isto dizer que aquela que o senhor faz não é séria nem credível. Para desenvolver este país, o seu governo neste momento, é um governo do vai. O governo vai contratar mais médicos. O governo vai investir na ferrovia. O governo vai, o governo vai. Neste momento estamos em pré-campanha e continuamos com um governo vai. Sabe, o governo também podia ajudar Amarante, pagando a muitas das nossas instituições atempadamente os milhares de euros que lhes deve, porque isso também contribuiu para o desenvolvimento de Amarante. O senhor sabe bem disso, mas não veio cá dizê-lo”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “É verdade que o governo do Partido Socialista também tem problemas. Ainda agora teve problema com a contratação dos médicos. O problema foi ontem, resolveu-o hoje. O senhor Presidente teve conhecimento há quatro meses de um problema no cemitério, que um senhor Presidente de Junta lhe deu a conhecer, e o senhor Presidente da Câmara disse-lhe hoje que ainda vai fazer estudos.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “O governo do partido Socialista tinha problemas ontem com os médicos, mas afinal já os resolveu hoje. Vejam como é que este país está. Agora todos os dias vai resolvendo problemas. Agora nas televisões só ouvimos vai, vai, vai. E é isto que vamos ouvir até às eleições. Agora, o senhor Presidente da Junta de Louredo está aqui, aliás, pessoa por quem tenho consideração e respeito, deve vir aqui defender a sua posição, porque aqui não deve haver advogados de defesa. O senhor Presidente da Junta também é deputado e por isso tem o direito de também vir falar do seu problema no cemitério. Que eu saiba, o senhor Presidente da Câmara não falou em fazer estudos. O senhor extrapola e conclui coisas que ninguém ouve dizer”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Eu teria todo gosto em falar da atuação do governo. Faço-o com entusiasmo e com a razão de quem está a fazer um bom caminho. Se quisermos comparar o número de médicos desde quando o PSD deixou a governação e o dia de hoje verá a diferença. Mas é verdade que continuam a faltar para quem quer ter um bom SNS, mas não faltará certamente para aqueles que o querem privatizar.

Mas vamos centrar-nos no que interessa, porque aqui o que interessa é falar de Amarante. O senhor deputado António Araújo ficou muito preocupado com a falta de transferências do governo para instituições do nosso concelho, levantando algumas insinuações e criando até um clima de suspeição. Eu gostava de lhe perguntar diretamente se o senhor não está preocupado com os pagamentos em atraso da Câmara Municipal de Amarante? Não está mais preocupado com esses? Não o preocupa ouvir

na rua o que muitos fornecedores já dizem hoje dos atrasos dos pagamentos?

Deixe-me também falar do cemitério de Louredo. Se há coisa que um bom Presidente de Câmara deve fazer, é planeamento e o senhor Presidente de Câmara

sempre disse que é um homem de planeamento. Então se assim é, Senhor Presidente, é assim tão difícil prever o alargamento do cemitério? Apenas não conseguimos mudar a previsibilidade da morte. Portanto, com uma boa estratégia de planeamento já devíamos ter este problema resolvido. Quando um Presidente de Junta se socorre de uma reunião da Assembleia Municipal para apresentar esse problema e passam duas assembleias municipais e não temos ainda uma resposta cabal e concreta, com datas, eu tenho muita dificuldade em perceber porque é que ainda não foi encontrada uma solução. Senhor Presidente, pode indicar-nos uma data para o início das obras no cemitério de Louredo? É difícil comprometer-se com uma data? O problema do cemitério de Louredo começou quando o senhor Presidente da Junta de Louredo apresentou o caso nesta Assembleia Municipal?”.

ESTEFÂNIO PINTO – PSD

No uso da palavra disse: “Resulta das competências atribuídas às autarquias que a gestão dos cemitérios, com exceção do cemitério municipal, é da responsabilidade das Juntas de Freguesia, que tem que fazer a gestão, o planeamento e a previsão do que precisam.

Por isso, o Senhor Presidente da Junta de Louredo, como todos os Presidentes de Junta, tem de fazer a gestão do cemitério da sua freguesia, nomeadamente, no que diz respeito à reserva de campas, alargamento etc. Independentemente disso, o problema foi identificado pelo Senhor Presidente da Junta, que quando aqui veio, já tinha identificado o problema, já sabia que o problema estava a ser seguido pelos serviços, já tinha sido feita uma visita ao local, já tinha um estudo e se calhar, até já estava do lado dele uma resposta que ele tinha de dar aos serviços relativamente a questões de projeto e conceitos que tinham de ser aceites e que ele tinha de obter na freguesia. No orçamento existe uma rubrica – contratos de cooperação – que diz respeito a obras da iniciativa das freguesias que a Câmara Municipal apoia. Está lá um contrato de cooperação para a freguesia de Louredo, para a ampliação e alargamento do cemitério da freguesia de Louredo. Portanto, isto é uma obra da responsabilidade da Junta de Freguesia de Louredo. Sabe senhor deputado, eu sou de uma freguesia que durante quatro anos, de 2009 a 2013, teve uma série de problemas no cemitério, fez quatro ou cinco intervenções e não teve nenhum apoio da Câmara Municipal. E estamos a falar de um muro que estava a cair, da criação de mais algumas campas, etc.

Todas as freguesias pedem apoio à Câmara, e têm sido apoiadas, no que diz respeito à elaboração do projeto e ainda com apoio financeiro, através de uma rubrica em orçamento criada especialmente para isso”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Vou usar a linguagem que vejo usar. Se o senhor deputado diz que há mais médicos e enfermeiros, eu quero dizer-lhe que vejo a realidade e a realidade é que toda a gente diz que não. Se há mais meios e as coisas correm mal, é porque há deficiências de gestão e aí o seu governo é que tem culpa, porque é quem nomeia administrações e mal entrou começou logo a mudar tudo.

Quanto aos atrasos nos pagamentos e se está assim preocupado, não devia estar porque as Câmaras nunca foram tão sindicadas como agora. Tem ROC, é a Direção Geral da Administração Local do seu governo, que todos os meses manda fiscalizar as contas, os pagamentos e as dívidas aos fornecedores. Quais são os sinalizadores para a Câmara? Zero. Não sei quais são os atrasos. Até é capaz de haver algum atraso, mas em termos formais e legais, os sinalizadores do seu governo para a Câmara Municipal de Amarante em termos de contas é zero, sinal de que tudo está a funcionar regular e legalmente. Quanto ao Senhor Presidente da Junta de Louredo e com todo o respeito que tenho por ele, se a competência é das Juntas, embora eu entenda que a Câmara deva apoiar, mais a mais tratando-se do cemitérios,

a falta de gestão e planeamento que o senhor deputado veio aqui mencionar, não é do Senhor Presidente da Câmara, mas sim do Senhor Presidente da Junta, porque se a competência é dele, a falta de planeamento e gestão é do Presidente da Junta. Eu custa-me dizer isto, mas estou apenas a fazer uma dedução lógica, porque quem tem a competência também tem que ter a gestão e o planeamento”.

ALÍPIO TEXEIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LOUREDO

Usou da palavra para dizer que esta noite se sentiu atacado e por isso é que usa agora da palavra. Quando cá estive na última reunião apenas pedi ajuda ao Senhor Presidente da Câmara. Se não puder ajudar, não ajude. Agora, a Junta de Louredo, só por ela não consegue fazer a obra.

PEDRO REIS – PSD

No uso da palavra disse: “Quero mudar um bocado de assunto e por isso quero aqui hoje fazer um registo, quer como Amarantino, quer como deputado. Quero falar de assunto que me deu algumas preocupações no passado recente. Quando tive conhecimento que as festas do junho e o rali de Portugal iam acontecer em simultâneo, fiquei preocupado e temi que hoje pudéssemos estar aqui a debater problemas para além dos expectáveis pelo facto de terem acontecido tudo ao mesmo tempo. Tal não aconteceu porque a competência e a elevada capacidade de trabalho das pessoas envolvidas nos eventos levaram a que não tivesse havido qualquer problema, trabalho esse que passa pelos funcionários, colaboradores e como é evidente quem está no poder político. Queria-lhes por isso agradecer.

Como Amarantino, estou habituado ao sucesso dos eventos que hoje se realizam em Amarante, como seja o MIMO, o Amarante Ladies Open, o Há Fest, etc. Quero também deixar o registo de mais uma vez se ter realizado com muito sucesso o UVVA, Universo do Vinho Verde de Amarante, que está a consolidar-se e a prova disso são os destaques que foram dados pela imprensa nacional. É já um evento vínico de referência na região, onde as pessoas pagam para participar, o que traz algum retorno financeiro para quem nele investe.

Registo também com agrado o início da obra do Cine-Teatro de Amarante, que culminará num edifício de referência para a nossa região. Termino, dando os parabéns a todos que estão envolvidos em todas estas atividades”.

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara disse: “Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta, quero dizer-lhe que segundo a informação que tenho, depois de se ter resolvido o problema do terreno, o projeto já está a ser feito pela Câmara. Quanto ao sentir-se ofendido, eu não ofendi ninguém, embora não saiba se alguém o ofendeu. Não percebi a sua intervenção, até porque aqui ninguém atacou Louredo e muito menos o Presidentes da Junta. Aqui a tentativa é atacar o Presidente da Câmara e não o Presidente da Junta. Da nossa parte quero dizer-lhe que há quatro projetos que estão a ser desenvolvidos pela Câmara, mas não lhe posso dar uma data concreta, porque há coisas que passam para além da minha responsabilidade. Por exemplo, Gatão tem um problema com o património que está a ser difícil de ultrapassar.

Relativamente aos indicadores, quero dizer ao senhor deputado, na intervenção que fez não foi correto. Falou aqui de uma Câmara vizinha posicionada num determinado parâmetro no nível superior ao de Amarante, mas não disse que nos parâmetros totais está nos últimos trinta. Também acho que não lhe fica bem este tipo de apreciação. Eu disse que os indicadores devem ser analisados e interpretados. Temos de saber, na governança o que é que eles valorizam, mas também aquilo que não está a ser feito. Se calhar com pequenas coisas podemos melhorar drasticamente. Eu entendo que esse tipo de argumento não é o melhor.

O senhor deputado Hugo Carvalho referiu na sua intervenção que a Câmara não estava a fazer pagamentos. É verdade que há efetivamente um atraso, aliás assunto que eu já expliquei na última Assembleia e disse que, com alguns problemas nas candidaturas e porque a lei dos compromissos nos obriga a fazer cativação de despesa orçamental e dos fundos disponíveis, nos leva a que tenhamos algum atraso. Assumo este atraso e é verdade o que lê nos indicadores que dizem que Amarante está a pagar a 53 dias. Há um atraso, mas paga-se. Mas vamos recuperar esse prazo à medida que as obras forem avançando. É de muito mau tom dizer "eu ouvi dizer". O senhor que é deputado na Assembleia da República também sabe que por exemplo o Ministério da Cultura está a transferir em 2019, verbas a 533 dias. O Ministério das Finanças, em três parâmetros; Unidade Técnica de Acompanhamento de Projeto, Gabinete de Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais, estão com prazos de pagamento respetivamente de 439 dias, 317 dias e 203 dias. Perante estes números, eu não venho aqui dizer que o estado está falido e que não paga. Que moral é esta de vir para aqui dizer que não se paga, quando afinal estamos a pagar a 53 dias. É verdade que o ideal seria pagar a menos de 30 dias. Vamos agora começar a recuperar. Não posso andar de porta em porta a dizer que me atrasei no pagamento. As contas estão aí e são para pagar. É de muito mau tom o senhor deputado vir agora aqui dizer o que disse".

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: "Eu apenas utilizei a expressão – ouvi dizer- porque foi uma expressão anteriormente usada pelo senhor deputado António Araújo. Foi nesse sentido que fiz essa interpelação. Mas Senhor Presidente, os números são aquilo que nós queremos e o senhor foi muito hábil na forma como os apresentou. Quinhentos milhões de euros no Ministério da Cultura, se formos comparar os atrasos de pagamento no Ministério da Cultura em função do seu orçamento, sabemos que as realidades são totalmente diferentes. Os dados são aqueles que nós queremos dizer. Temos que entender o que é uma máquina do estado, de uma Câmara ou de uma freguesia. Por isso é que acreditamos na descentralização de competências. O Senhor Presidente podia dizer, já que quis associar o atraso dos pagamentos à governação socialista, podia ter dito de que valor eram esses indicadores no dia em que o governo do PS tomou posse e eu fazia o mesmo exercício que o senhor Presidente está a fazer e dizia os dados do PS no mesmo dia em que o senhor Presidente tomou posse e aí também víamos que os valores do governo, embora com pequenas flutuações, mantêm-se quase iguais, o senhor saberia que relativamente à data que tomou posse e a algumas práticas que vinham tendo, eles seriam diferentes. Isto para deixar claro que os números são aquilo que nós queremos que sejam".

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: "Vou dar a solução. Quando o anterior governo cessou funções, o prazo de pagamento era mais baixo e o senhor deputado sabe disso. Eu vou dar-lhe a solução Senhor Presidente. O senhor pode pagar amanhã. Pode pagar a um dia. Agora, não investe o que está a investir. Antigamente não havia problema de pagamento. Se se investia zero, qual era o problema de pagamento? O senhor faça o que se fazia antes. Não invista, ou invista muito pouco e aí não vai ter problemas. Sabe senhor deputado, o nosso problema é que quando chegamos encontramos tudo por fazer e nós queremos ganhar o tempo perdido".

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: "A questão dos 13% da restauração foi só para manifestar aquela descida do IVA e foi só esses 13% que deu ao senhor deputado. Quero dizer que é inaceitável aquilo que se passou aqui. Dois senhores deputados virem atacar um Presidente de Junta de Freguesia não é correto. Tanto o atacaram que

ele se viu obrigado a vir usar da palavra. Estamos aqui para falar da Câmara de Amarante. Eu saberia tudo da Câmara e provavelmente não vinha cá da mesma maneira falar dos problemas que falo, se o Senhor Presidente já me tivesse respondido a um requerimento que lhe apresentei há duas assembleias atrás e para o qual ainda não obtive qualquer resposta".

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: "Voltando ao caso de Louredo, caso este que não diz respeito só a Louredo, mas sim ao concelho. Nós sabemos todos que uma Junta de Freguesia só por si, sem a ajuda da Câmara não tem possibilidade de resolver o problema de cemitério e de muitas outras obras. A partir do momento que o Senhor Presidente da Junta, que já há bastante tempo foi alertando para esta situação, fazendo-o também na Assembleia Municipal, leva a que eu hoje gostasse de ter ouvido o Presidente de Câmara dizer que iria fazer um planeamento não só para este cemitério, mas para todos os cemitérios do nosso concelho. Comprometendo-se com esse planeamento e a executá-lo em tempo oportuno para que ele não seja um problema. O que eu espero de um Presidente de Câmara é que diga que quando um Presidente de Junta não consegue resolver eu estou aqui para resolver, independentemente de todos os problemas que possam surgir. O que se espera de uma Câmara é que resolva ou ajude a resolver os problemas que vão surgindo. Deixe-me dizer-lhe também a respeito do lixo que entendo a dificuldade que surgiu, mas também quero dizer-lhe que podia ser mais célere a resolvê-lo.

Para terminar quero dizer que pelo facto de termos um deputado na Assembleia da República que se deve transformar uma Assembleia Municipal numa discussão nacional da vida política, a menos que ela diga diretamente respeito à vida de Amarante. Senhor deputado Araújo e Senhor Presidente da Câmara, não tenham a menor dúvida que sempre que me é comunicado algum problema de uma entidade em Amarante, faço todas as diligências para os tentar resolver. Ainda recentemente me foram transmitidos os atrasos nos pagamentos da Orquestra do Norte e não descansei enquanto não obtive resposta sendo que os pagamentos foram feitos no dia 28 de maio. Espero também que o Senhor Presidente faça sempre essa pressão junto do governo, porque o Senhor Presidente da Câmara tem muito mais legitimidade para defender Amarante do que qualquer deputado de Amarante que esteja eleito na Assembleia da República".

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: "Obviamente que a obra de Louredo, a obra de Gatão e a obra de Telões vão ser feitas. Isso a Câmara assegura, como sempre assumiu no passado.

Quanto aos indicadores e às avaliações que foram feitas, chegamos à conclusão que eles são o que são e por isso, vamos ter de encontrar outros para inverter o ciclo, para deixarmos de continuar a ver a população a diminuir.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia disse que com muita pena sua, o senhor José Joaquim, que gosta sempre de ouvir não falou hoje, mas ficou com a convicção de que temos um candidato à Câmara Municipal, o deputado Hugo Carvalho que tem solução para estas coisas dos cemitérios. De imediato, o senhor deputado **HUGO CARVALHO**, pediu a palavra para dizer que queria que ficasse registado que o que foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia, é uma ofensa à honra de quem está na Assembleia. "Quero que fique registado em ata que em nenhum momento aqui nesta Assembleia foi colocada a questão de candidatos à Câmara ou considerações a outros partidos e acho que não fica bem ao Presidente de todos os Amarantinos, o Presidente da Assembleia

tecer este tipo de comentários e eu não me sinto confortável com esse tipo de considerações”. Perante estas palavras o senhor Presidente da Assembleia pediu-lhe desculpa e disse-lhe que não foi essa a intenção.

Terminado este período o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores: **JOÃO CARVALHO** de Telões que iniciou a sua intervenção dizendo que ia fazer duas perguntas; uma sobre a Ínsua dos Frades, outra sobre a Praia Aurora. Disse que consultou a plataforma de concursos públicos e verificou que foram adjudicados dois contratos ao Professor Pedro Teiga, um para prestação de serviços para a reabilitação e valorização do Rio Tâmega com gestão de riscos de cheia e projeto base e um outro que tem a ver com a elaboração do projeto e execução para a reabilitação e valorização do Rio Tâmega com gestão de recursos de cheia, num total de cento e quarente e oito mil euros. Perguntou se este projeto está relacionado só com a recuperação da Ínsua dos Frades? O que é que já foi efetuado? Para quando é que está prevista a sua concretização?

Continuou a sua intervenção referindo-se de seguida à Praia Aurora como sendo um local de frequência da população e turistas, fazendo parte do imaginário de todos os Amarantinos, mas ao longo dos últimos anos as condições tem-se vindo a degradar intensamente. Esteve na praia e viu que ela tem imensos problemas como seja a vegetação descontrolada, areal baixo e em mau estado e instalações sanitárias encerradas. Disse que as instalações sanitárias só abrem quando bar está em funcionamento. Disse que mesmo nestas condições a praia é frequentada por muitas pessoas entre as quais crianças e algumas pessoas já de idade avançada. Sabe-se que a praia não tem ainda estatuto de praia fluvial e as pessoas continuam a ir lá usando um espaço sem qualquer tipo de condições e de segurança. Perguntou ao Senhor Presidente se ele estava disposto a alterar o estado degradante a que chegou a Praia Aurora?

De seguida usou da palavra **ELISA ANTUNES**, de S. Gonçalo, que no uso da palavra começou por referir-se à ata da reunião de Câmara, a número quatro de 2019, de 5 de fevereiro, onde pode ler-se que “por proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara de 31 de Janeiro de 2019, foi aprovado um protocolo a outorgar com o Centro de Estudos Amarantinos tendo em vista a realização de um programa de divulgação do Conselheiro António Cândido por ocasião do centenário da sua morte a decorrer entre 2019 e 2022”. Perguntou de quem partiu a iniciativa? Foi do município ou da Associação? Disse ainda que esta proposta foi aprovada em reunião de Câmara por unanimidade e que não nos devemos esquecer que o Presidente da referida associação foi um eleito nas listas do partido socialista à Assembleia Municipal de Amarante. Então, como é que se explica que já em 2018, sem qualquer protocolo ainda assinado e fora do âmbito que o mesmo consagra, que seria organizar um programa de divulgação do Conselheiro António Cândido, o Senhor Presidente da Câmara enviava convites para eventos organizados por esta associação onde constava o apoio do município de Amarante? Foi dirigido algum convite de protocolo a outra ou outras associações deste concelho? Amarante tem tantas, algumas já com estatuto de utilidade pública que lutam com tantas dificuldades financeiras para a sua sobrevivência e por isso foi aberto um grave precedente que denota uma grande falta de transparência, até porque os encargos financeiros serão suportados pela Câmara.

O último inscrito a usar da palavra neste período, foi o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, também de S. Gonçalo, que fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Antes de mais, queria dar nota da correção da falha da edição do ano passado do UVVA, que foi o patrocínio duma marca de vinho maduro a um evento do vinho verde, e que este ano não se verificou.

A questão do lixo, já foi aqui abordada e o que eu sugiro, até para que a Câmara saia menos mal da situação, é que àqueles locais mais afetados, os munícipes sejam

ressarcidos do valor pago (na fatura da água), já que pagaram um serviço que não foi efetuado.

Senhor Presidente, eu respeito este espaço e principalmente as pessoas que nele se encontram, agora uma coisa é respeito outra bem diferente é o “respeitinho”, do tempo da outra “senhora”, de má memória para muita gente; engraçado, que após ter-lhe pedido a palavra, quando o senhor me respondia, porque entendia que lhe devia retorquir, ficando assim o assunto resolvido e deste modo livrar-me de cá vir hoje, o senhor me responde «não vai responder, não tem direito a responder» (“toma lá que é democrata”) fez-me lembrar aquele episódio de há 50 anos (1969) na universidade de Coimbra, protagonizado por um dirigente estudantil e o presidente da república de então, em que aquele quando pede para falar este nega-lhe essa possibilidade, meras coincidências que eu registo; concretamente, o que eu pretendia quando lhe pedia a palavra era saber se o senhor reconhecia ou não que a questão do trânsito junto ao café Seara e o da Misericórdia, por alturas dos funerais, foi ou não abordado no seu 1º mandato, julgo que no 2º ano (2014)? e na altura o senhor me respondeu com o regulamento de trânsito, passaram 5 anos e o problema persiste, daí eu ter utilizado a expressão «esperar sentados» tão do seu desagrado, mas também não lhe noto laivos de sadismo ao ponto de obrigar as pessoas a esperar tanto tempo de pé, até que o assunto seja resolvido; no caso que diz respeito á Misericórdia, quem arca com o problema são os responsáveis das funerárias que também terão que esperar, como lhes der mais jeito, já que quem transportam (defunto), tem todo o tempo do mundo, mais a mais têm uma vantagem em relação ao motorista que é esperarem, não sentados, mas deitados

Senhor Presidente, respaldar-se em regulamentos, que na minha opinião falham por incongruências, e portanto não são justos, falo das rendas da habitação social (uma pessoa com pensão de viuvez de quatrocentos e poucos euros paga uma renda de quarenta euros e tal, enquanto um casal sem filhos, ambos a trabalhar e com vencimentos nunca inferiores ao salario mínimo vão pagar sessenta e poucos euros, diga-me onde está a justiça social) ou do cemitério (famílias sem poderem comprar o terreno onde estão os familiares, sujeitos a serem exumados, mais dia menos dia, enquanto outras possuem espaço sem lá terem ninguém dentro), como dizia respaldar-se deste modo, não é de um político, poderá quando muito ser dum técnico, dum burocrata, dum tecnocrata, dum político não é com certeza, ao político mais que cumprir regulamentos e interpretar o mundo (tarefa de historiadores, sociólogos, etc.) exige-se que o transformem, para melhor evidentemente”.

Terminadas as intervenções do público, foi dada a palavra ao **senhor PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por responder ao senhor João Carvalho a quem disse que a questão concreta sobre se os estudos pressupunham estudar a praia Aurora para converter numa praia certificada, digo-lhe que não. Apenas se pretende fazer a recuperação de todas as margens, ao longo dos seus oito quilómetros. É disso que estamos a falar e foi para isso que fizemos a candidatura no valor total de três milhões e meio de euros, sendo certo que é urgente recuperar a praia Aurora e outras de modo a poder certificá-las como praias fluviais. Quero ainda dar nota que durante três anos estivemos a monitorizar oito praias, que é isso que a legislação obriga, no sentido de aferirmos se os parâmetros se mantêm regulares e constantes e que não põem em perigo as pessoas. Só houve um caso em que os parâmetros se alteraram. Em 2020, quando se der a transferência de competências, penso que as praias fluviais passarão para a esfera do município e aí sim vão passar a ser certificadas.

Relativamente à intervenção de Elisa Antunes, disse-lhe que há efetivamente um protocolo com o Centro de Estudos Amarantinos, que agrega muita gente e que uma das iniciativas tem a ver com divulgação de António Cândido. É uma iniciativa meritória e a Câmara entendeu por bem associar-se. Deu nota que quando há uma iniciativa que vem da sociedade civil a Câmara deve colaborar porque é preferível que seja a sociedade civil a fazê-lo do que a própria Câmara porque assim há a garantia do envolvi-

mento da população. Relativamente aos convites, é prática da Câmara que quando há uma associação que pretende realizar uma atividade, pede à Câmara que envie os convites e se a iniciativa é de interesse público a Câmara dá o apoio necessário. Irão continuar a fazê-lo até porque tem sido essa a prática havendo o entendimento de que sempre que se trate de iniciativas de interesse público a Câmara se associe.

Relativamente à última intervenção disse que sempre que as pessoas saibam de que algo não esteja bem, ou que não estão a ser cumpridos os regulamentos, que os denunciem. Se alguém está a usufruir de alguma coisa indevidamente deve ser penalizado e denunciado porque é também obrigação de qualquer cidadão denunciar esses casos. O senhor Adelino deve dizer de quem se trata, para podermos saber se é verdade ou não. Assim não lhe consigo responder. "Sei que os técnicos seguem o regulamento e dão os pareceres mediante a informação que lhes chega. A Câmara cumpre rigorosamente os critérios que estão definidos por forma a haver equidade no tratamento e não benefícios. O senhor passa a ideia de que a Câmara está aqui a beneficiar alguém. Se o senhor Adelino entende que há um erro no processo, denuncie".

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para usar da palavra neste período da Assembleia Municipal os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: "Em relação a este relatório não vou hoje tecer grandes comentários. No seguimento das melhorias que vamos pedindo, quero apontar duas situações relacionadas com duas atividades relevantes no ponto de vista económico. Uma delas é o rali de Portugal e a outra tem a ver com o MIMO. Por isso, gostaria de ver no próximo relatório, até como anexo, descritos os valores gastos com essas atividades. O outro ponto de melhoria que gostaria de ver aqui explicado era que na página 24 deste relatório relacionada com a entrada e gestão dos processos urbanísticos, fosse dito quantos processos entraram na Câmara. Para uma boa leitura desses indicadores gostaríamos também que no próximo relatório viesse na mesma grelha quais os tempos de espera para aprovação, os processos que foram recusados, os que foram aprovados, até para podermos analisar este relatório com mais detalhe".

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: "É muito fácil cairmos na tentação de falarmos nos números negativos, mas ainda há pouco alguém disse que os membros da outra bancada também deviam puxar pelos números positivos e eu, na leitura que fiz, conclui que há números neste relatório que saltam à vista, e eu acho que são de sublinhar. Da última Assembleia Municipal para esta são mais de doze as intenções de investimento no concelho de Amarante que estão a ser analisadas pelos InvestAmarante. Em praticamente dois meses acho muito relevante, que numa média de seis por mês apareçam novas intenções de investimento em Amarante. Podem concretizar-se ou não, mas só o facto de haver interesse é revelador de que Amarante é cada vez mais um território atrativo. Importa também realçar, paralelamente àquilo que já aqui foi realçado, que o desenvolvimento esteja na primeira edição da Meid uma revista de promoção da economia de Amarante em formato bilingue, distribuída junto de embaixadas, Câmaras de Comércio, Associações Empresariais e outras entidades que possam contribuir para a oportunidade de investimento ou novos negócios em Amarante. Mais uma vez estamos a mostrar que Amarante é um território positivo onde, quem quiser, possa investir, fazer vida, melhorar aquilo que são os nossos indicadores e contribuir para o aumento da população. A seguir refere a revitalização urbana de Amarante que mais uma vez merece destaque e teve impacto a nível internacional como já vem sendo hábito. Podemos também ver pela análise das páginas deste relatório que temos imensas Press e Fame Trips em parceria com a Associação de Turismo do Porto. Isto é mostrar a operadores turísticos que Amarante pode ser um território atrativo para quem quer vir

visitar e fazer um programa turístico diferente. Tudo muito diferente daquilo que acontecia há uns anos atrás. Continuamos e vemos que a organização e a realização do Fórum do Rio Olo. É de louvar que ao fim de tanto tempo depois de se ouvir dizer que era necessário olhar para a natureza, estejamos só agora a conseguir criar resultados positivos à volta das nossas serras, dos nossos rios e do nosso património.

Continuando com a minha análise quero dizer que os números poderão até não ser tão grandes como aqueles que nos são aqui apresentados, mas vale a pena, depois de tanto se ter dito do apoio que foi dado à realização de uma telenovela em Amarante, o impacto económico que se demonstra que pode até nem ser os quarenta e seis milhões, mas que seja só metade disso, é mais uma vez sinónimo e prova de que vale a pena fazer determinados investimentos e promover Amarante pela positiva. Eu percebo que nós temos sempre muita vontade de vir falar de planeamento. Eu percebo que nós temos sempre muita vontade de realçar aquilo que são ratings que vamos lendo por aí, mas eu percebo que quem está na oposição precise de criar argumentos para vir aqui debater; mas também vale a pena, de uma vez por todas, começar a olhar para a política pelo lado positivo e vemos que em Amarante as coisas até não estão assim tão mal como muitas vezes a oposição faz parecer. Há resultados neste relatório que também mereceriam ser analisados pela oposição e eu lamento que a oposição na intervenção que teve não o tenha feito. Por isso é que eu cá vim. Estou cansado de ver ser feita política pela negativa”.

ANTÓNIO BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra o senhor Presidente da Junta disse que tecnicamente já ninguém aponta erros a este relatório de atividades. Contudo, falta-lhe substância. Disse que para ele e se calhar para os seus colegas de Junta, substância é obra. Nos últimos tempos tem acontecido muito pouco nas freguesias. Por isso, trocaria de bom grado toda esta organização do relatório por uma desorganização qualquer onde se pudesse ver a sua obra do Saibreiro prometida há quatro anos, o Largo da Póvoa que espera há três anos, o regadio que nunca mais avança e se assim continuar os agricultores vão ter de abandonar a agricultura. Por isso, gostaria mais de analisar o relatório nessa perspetiva. Terminou a sua intervenção pedindo ao Senhor Presidente que olhasse para as freguesias, porque as necessidades são muitas e que pelo menos o que está em orçamento fosse cumprido.

TORCATO FERREIRA – JUNTA DE FREGUESIA DE VILA MEÃ

No uso da palavra o senhor deputado começou por dizer que nem era para usar da palavra, mas depois de ter ouvido o senhor Presidente da Junta de Ansiães, terá de dizer que o relatório que agora se analisa, mostra algumas das coisas que tem sido feito, mas pela sua análise também podemos ver o que não tem sido feito. Assim: “há aqui duas questões que queria colocar ao senhor Presidente da Câmara e no seguimento dos compromissos que foram assumidos. Soube recentemente que a EB de Santa Comba – Real, em Vila Meã está na eminência de não poder acolher mais alunos este ano letivo por falta de salas. Se por acaso no próximo ano letivo aparecer um aluno com necessidades educativas especiais, terão de ser recusados quatro alunos que terão de ser integrados noutras escolas das imediações por falta de espaço. Não podemos tolerar isto.

Aliás, neste momento, a biblioteca já está a ser ocupada como sala de aulas, impedindo que este recurso educativo seja utilizado pelos alunos.

Esta situação é inaceitável e jamais toleraremos que uma família de Vila Meã tenha que matricular os seus filhos fora da freguesia.

A este propósito, pergunto a razão pela qual ainda não foi construído o pavilhão para o Jardim-de-infância, que funciona atualmente em situação precária, visto que o terreno já foi adquirido há mais de três anos e até agora nada: nem obra, nem projeto, a família continua a residir na casa, etc.

Senhor Presidente, três anos implica que pelo menos uma geração de crianças poderia usufruir de instalações condignas. Quanto tempo mais teremos de esperar para que as obras se realizem? Já agora, visto que o projeto ainda não está feito, que se contemple também mais salas para o 1º ciclo.

Foi aqui aprovado hoje um voto de pesar por Augustina Bessa Luís e no seguimento da aprovação deste voto de pesar, pergunto para quando a compra da casa onde viveu e transformá-la num centro interpretativo ou numa biblioteca, dando-lhe o seu nome.

Termino, lembrando o processo e requalificação do cemitério de Real e pergunto para quando a celebração do protocolo para podermos adjudicar a obra”.

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

O Senhor Presidente no uso da palavra disse: “Relativamente às duas últimas intervenções, quero começar por dizer ao Senhor Presidente da Junta de Ansiães que quer a sua freguesia quer as outras não vão ser esquecidas. A temporização que está a ser feita agora, prende-se com o calendário de investimentos que está a ser feito. Na segunda metade do mandato vai ser feita uma temporização diferente. Neste momento não tínhamos capacidade de poder arrancar com mais obras do que aquelas que estão. Tem tudo a ver com a questão orçamental e por isso é que eu temporizei da forma que dei a conhecer aos Senhores Presidentes de Junta. É claro que os projetos e o planeamento estão a ser feitos. Seguramente iremos reunir ainda este ano para definir o calendário de execução para na segunda metade já poder executar. Foi assim que eu defini, porque também não tinha outra forma de o fazer.

Relativamente à intervenção do Dr. Torcato quero dizer-lhe que os inquilinos a que se referiu, posso a todo momento mandá-los dali para fora. Eu deixei-os estar porque ainda não começou ali qualquer obra, mas obviamente eu irei oficial porque no contrato que foi à reunião de Câmara está claro que eles teriam dois anos para sair. Esse tempo já passou, mas entendi que não havia mal nenhum em estarem por lá e foi só por isso que temporizei. E temporizei porque inicialmente foi feito um primeiro projeto. Entretanto foi-me comunicado que deveria ser refeito por causa da cantina. Eu estou à vontade e vou dizer-lhe que não avançou mais porque no Conselho Municipal foi falado, na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa foi falado com indignação e revolta da minha parte porque desde o primeiro momento que nós entramos foi avisado que nós tínhamos ainda um longo caminho para fazer começando com a cobertura integral das escolas de Amarante. Os senhores até sabem que temos uma carta educativa que recuou um bocado com base nalgumas variáveis que mudaram para poder efetivamente cumprir e fazer com que as nossas crianças tivessem a mesma qualidade de instalações em todo o concelho e ainda não aconteceu. Não aconteceu por uma razão, pois como sabe quando entramos conseguimos incluir um milhão e meio de euros no acordo do Portugal 2020, sendo que essa verba era para tudo. Todos sabemos que essa verba não dá para nada. Quando muito dará para uma escola e quinhentos mil têm a ver com a EB2/3. Só dá para o telhado e para as janelas. Mais nada. Na altura, foi dito a toda gente que Amarante, quando houvesse reprogramação Amarante não seria esquecida, até porque o parque escolar do resto da comunidade estava feito, exceto o de Castelo de Paiva que estava no mesmo patamar que nós. Na ação de reprogramação Amarante não foi contemplada. Isto não é sério porque toda agente sabia que Amarante precisava. Ainda agora arrancamos com mais obras. Estamos constantemente a receber da parte dos agrupamentos solicitações para fazermos obras. Não vou apontar culpados, mas que os há, há. Há Câmaras que nem sequer pediram e foram contempladas e tiveram reforço de verbas para as escolas. Amarante, que precisava e que estava mais do que sinalizada, não teve e foi por isso que ainda não avançou. Se calhar vamos ter de o fazer a custos próprias, mas eu tenho pena que seja assim. Amarante ficou mais uma vez penalizada. Eu fiz ver, em duas das reuniões que fui, que Amarante deve continuar a ser sinalizada”.

TORCATO FERREIRA – JUNTA DE FREGUESIA DE VILA MEÃ

No uso da palavra começou por pedir ao Senhor Presidente da Câmara que não tratasse por deputado, porque na Assembleia Municipal ninguém é deputado, mas sim membro da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta de Freguesia com assento na Assembleia Municipal. A figura de deputado só existe na Assembleia da República. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente, disse: “quero dizer-lhe que não me incomoda, de forma alguma, que a família ainda esteja a residir na casa já adquirida pela Câmara. Digo até que é preferível que lá residam até que se façam as obras, pois assim conservam a casa e o terreno circundante. O que me incomoda é que não se faça a obra, que é tão necessária para aquela comunidade.

Relembro o Senhor Presidente, que esta obra é uma competência própria da autarquia, e que a mesma decorre das opções políticas que a Câmara tomar e é em função disso que a ação política do executivo será depois avaliada”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “Só vim aqui agora, porque o Senhor Presidente não me respondeu às solicitações que anteriormente lhe coloquei. Quero também deixar nota de que o PS ficará contente com os bons resultados e seguindo o mote do senhor deputado Carlos Carvalho, houve efetivamente um aumento de intenções de investimento. O que é facto é que as concretizações continuam exatamente iguais. São vinte e um projetos concretizados, nem mais um. Isto de intenções, como é costume dizer-se, está o inferno cheio.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente disse: “Relativamente à solicitação do Senhor deputado Cândido Zoio, concerteza que tomei nota e vou pedir que seja incluída a informação que solicitou que até me parece oportuna.

Relativamente à última parte da intervenção do Dr. Torcato, quero dizer-lhe que é competência da Câmara da Amarante, assim como é competência de todas as Câmaras. Do que eu aqui falei, foi da dualidade de critérios que foi usada. No Conselho tive colegas a dizer que não pediram escolas, mas que lhas puseram lá. Eu percebo que é competência da Câmara, assim como também muita coisa que é da competência do estado e o estado pede à Câmara para fazer. A regra é igual para todos e não é só porque dá jeito dizer para os outros fazerem. O senhor sabe muito bem que nós temos um orçamento para gerir. Também me disse aqui que era preciso comprar a casa da Augustina e recuperá-la. Para isso e para as obras nas freguesias é preciso dinheiro. Eu entendo que se há verbas elas podem ser alocadas para ajudar os municípios que querem fazer intervenção nessa área, sabendo-se que Amarante estava sinalizada há seis anos. Precisamos de fazer em Cepelos e em Fregim. Se há dinheiro para outros que até já tem o parque escolar completo, porque é que não incluíram Amarante? Foi este o meu desabafo. Agora eu sei que é nossa competência, mas se não tivermos apoios, vou ter que cortar em algum lado para fazer essas”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se então para a discussão do ponto número dois da Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DOS CONTRATOS DE SUBCONCESSÃO DA PLATAFORMA E EDIFICADO DA LINHA DO TÂMEGA

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra começou por dizer que iria tentar discutir o essencial da questão e não perder tempo com quem fechou ou não fechou a linha do comboio. Vamos saltar essa parte e recordar, que é o que interessa para este ponto. Em 2013, havia visões políticas diferentes e foi apresentado pelo Senhor Presidente de Câmara em campanha, com toda a legitimidade, que a sua grande aspiração e expectativa seria a vinda do comboio para Amarante a circular na linha que estamos hoje a falar. Foram inúmeras as intervenções de pessoas que aqui ainda estão hoje, quer na comunicação social, quer nas redes sociais ao seu posicionamento relativamente ao comboio. Todos somos livres de mudar de opinião e quando mudamos para uma opinião mais acertada, devemos assumi-lo, porque só não o faz quem por teimosia ou cobardia tem vergonha de o fazer. Eu discordo, quando o Senhor Presidente diz que um veículo elétrico, é o primeiro passo para que possamos vir a ter comboio. Eu discordo totalmente desse posicionamento, porque isso sim, é matar todas as expectativas da linha do comboio que poderá ter interesse discutir aqui. Deixo algumas perguntas: com a solução que defende hoje e que é legítima, o veículo elétrico que vai fazer a ligação à linha do Norte que agora está eletrificada, qual o tempo da deslocação Amarante/Porto? Gostaria também de perguntar qual a estimativa orçamental do investimento para a requalificação da linha e pôr a circular um veículo elétrico? Que o investimento inicial vai ser preciso para a obra? Quais os custos anuais que se estimam resultar desse meio de transporte? Como prevejo que ele não tenha sustentabilidade financeira, embora a que mais me interesse seja a sustentabilidade social, mas como sei que o estado tem um almofada financeira para compensar as linhas que dão menos lucro, pergunto como é que a Câmara Municipal está a prever compensar este prejuízo e qual o custo anual que ele traz para o município?

Um segundo ponto que me parece também importante abordar é dizer que esta tomada de decisão concorre em contraciclo com o país. O Senhor Presidente em 2003, dizia que ia trazer o comboio. Poucos meses depois de ter sido eleito disse que tinha reunido com o Senhor Secretário de Estado e que tinha boas notícias para Amarante. Entretanto o tempo passou e não foi construída a linha do Tâmega nem qualquer outro metro de linha ferroviária pelo país nesse período. Houve, entretanto, uma coisa que mudou, porque o país começou a construir e remodelar a linha férrea. O senhor Dr. Araújo vai já dizer que são poucos. É verdade, mas alguns ainda estão em concurso e certamente irão ser feitos. Na altura, em que pela primeira vez o governo abre a hipótese de se alargar a rede ferroviária, a Câmara de Amarante optou por uma situação diferente. Que fique bem claro que eu não estou a dizer que é fácil lutar pela linha do Tâmega. Mas, na altura em que mais a podíamos defender, temos dado passos inversos. Como explicar isto?

Por fim, como protocolo também prevê que o município assumira as estações, o que é que o Senhor Presidente pretende fazer? O mesmo da estação de Gatão ou podemos esperar algo de diferente. A de Gatão foi reabilitada, ficou bonita, mas é preciso dar-lhe vida. Se durante este tempo todo, numa estação que até tem uma localização interessante não foi possível potenciá-la, eu pergunto se neste momento tem algo pensado para as outras estações ou estaremos a trabalhar no nada e sem solução.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: "Ninguém mudou de opinião. Quer no nosso programa de 2013, quer no programa de 2017, está referida a reativação da linha do Tâmega, mas como isso não dependia da Câmara mas sim do governo, se não for conseguida a reativação, pelo menos a solução que agora é proposta, que é pôr a circular no corredor um veículo elétrico. Aliás, penso que o Dr. Armindo Abreu também defendia essa solução. É engraçado o senhor deputado só vir falar de 2013 em diante, mas esqueceu-se de dizer que os carris foram retirados no tempo do Dr. Armindo, tendo ele dito que se sentiu ultrajado, porque foram comemorados os 100 anos da linha e passados dois ou três dias a linha foi encerrada pelo governo do PS. O que deve ser realçado aqui é

que de facto já se está a ver uma luz ao findo do túnel, neste caso ao fundo da linha. Estamos a tentar manter o canal aberto, porque é uma forma de no futuro voltar a ter comboio. A medida é relevante tanto mais que pelo que li no contrato não inviabiliza a reativação da linha, nos termos do próprio contrato, permitindo que a infraestrutura continue pública e não passe para a mão de privados. Este governo, ou outro qualquer é que deviam reabilitar a linha e fazer os investimentos necessários. O que queremos é a linha fosse em bitola larga do Marco até a Amarante. Isto está incluído no Plano Nacional da Ferrovia que o seu governo criou? Mas lá está: o governo vai. O governo vai investir na linha. O governo vai. Peço o seu apoio senhor deputado para que interceda junto do Senhor Ministro das Infraestruturas que se ainda for possível inclua a linha do Tâmega no Plano Nacional de Ferrovia e que seja o governo a investir numa competência que é do governo”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “A história não começa nem termina em 2013, nem em qualquer outro ano. Não vamos agora estar a discutir, até porque já sabemos a posição do PS e do PSD, sabemos qual o entendimento que uns e outros tem, mas isso não nos vai trazer o comboio nem nos vai resolver o problema. O que é mais importante neste momento, é percebermos se é mais fácil ou mais difícil negociar a vinda de algo em que se acredita, estando a lutar por outro projeto ou não? É mais fácil ou não trazer o comboio, fazendo um investimento que é avultado para depois ter o comboio? E este é que é o ponto.

Relativamente ao Plano Nacional de Investimentos eu tenho a certeza que o Senhor Presidente da Câmara fez todo o trabalho pra não prescindir da linha do Tâmega. Eu sei que a CIM o fez, mas também é preciso entender que não pode caber tudo no Plano Nacional de Investimentos, porque é necessário priorizar e racionalizar o investimento. Se no Plano Nacional de Investimentos estiverem todos os investimentos do país, é muito mau sinal, porque é sinal que não se vai concretizar nenhum.

Na altura em que mais devíamos lutar pelo comboio, estamos a dar sinal contrário àquele que deveríamos dar.

Por fim quero dizer que no quadro de investimentos da CIM, Amarante não está em nada prejudicada relativamente a outros municípios.”

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse: “O veículo elétrico que venha a ser utilizado não demorará mais tempo a chegar à Livração do que demoraria um comboio. O que aconteceria, uma vez que a eletrificação está pronta até ao Marco de Canavezes, se viéssemos a ter possibilidade de ter um comboio com ligação ao Porto? Provavelmente só viria à estação de Amarante de três em três horas. Se assim fosse, não seria melhor ter a possibilidade de apanhar o comboio na Livração de hora a hora, através de um veículo que demora o mesmo tempo que um comboio? Esta questão, que ainda não foi discutida, devia sê-lo”.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra, o senhor deputado começou por dizer que é verdade que é aqui que devemos discutir o futuro e por isso concordo com o critério. A discussão de hoje resulta essencialmente, porque houve decisões tomadas no passado e que foram do desagrado de todos e estou certo que também foram do desagrado do Dr. Armindo Abreu na altura. Eu era na altura Vereador da oposição e lembra-me que num fim de semana se festejava o centenário da chegada do comboio a Amarante e três ou quatro dias depois, sem aviso prévio, a Senhora Secretária de Estado na altura, Ana Paula Vitorino, decidiu suspender a circulação do comboio na linha. O mais curioso é que na época a Câmara um mês antes tinha sido convidada a manifestar-se sobre o plano de recuperação da linha. Nós, os Vereadores acompanhados por técnicos vimos a propos-

ta que a Câmara tinha para a recuperação da Linha. Já todos sabemos que esse foi um mau momento e não vale a pena estar aqui a ter muita discussão acerca disto, mas o que é certo é que é um facto que aconteceu.

Há aqui uma questão que é muito relevante e que me parece merecedora de alguma análise e que tem a ver com o futuro da ocupação da linha férrea, pelo menos do troço Amarante/Livração. O plano rodoviário em bom rigor é um falhanço. Ao governo custa-lhe por vezes assumir isso, mas todos estamos a ver que é um falhanço sendo aliás uma das políticas menos concretizadas em termos percentuais. O governo não conseguiu materializar a vontade que tinha acerca do plano ferroviário. Eu até acredito que muitos dos problemas resultantes da implementação do plano ferroviário resultem de alguma burocracia excessiva do Ministro das Finanças que arquiva os documentos num qualquer apeadeiro da burocracia. Agora, independentemente da opção ser linha férrea ou outro material circulante mais ligeiro, vai resultar numa coisa que vai ser um plano de desenvolvimento urbano entre Amarante e Livração, porque senão o fizer não podemos estar aqui a admitir que esta linha alguma vez terá sucesso, nomeadamente em termos da sua rentabilidade. Os custos da linha com material circulante moderno facilmente se esgotam porque também nos cansamos de andar a fazer sempre o mesmo passeio turístico numa zona que também não tem todos os dias coisa para mostrar. Portanto, ou se pensa globalmente, ou qualquer que seja a solução, quer a primeira que o município tem, quer a segunda, que parece mais viável, qualquer uma delas em bom rigor não vai deixar de ser uma coisa bonita que nos vai agradar a todos mas que em nenhum momento vai ter viabilidade e o município tem de ter consciência disso e também tem de considerar isso para responsabilidades futuras, porque se nós hoje assumirmos uma responsabilidade que vai hipotecar o desenvolvimento futuro, não estamos a proceder bem. Eu também não quero hoje assumir um conjunto de medidas que vão comprometer o futuro dos vindouros.

CARLOS CARVALHO – PSD

Usou de novo a palavra para dizer: “A grande economia será essencialmente social e eu entendo isto como uma medida social. Todos nós afirmamos que queremos o comboio em Amarante, mas quanto tempo levará até que consigamos ter de novo o comboio em Amarante? Estamos ou não disponíveis para esperar sem solução alternativa até um dia voltarmos a ter comboio? Quanto tempo vamos esperar pelo comboio? Não será melhor durante esse tempo usar a linha, mantendo-a aberta, ou não a usar e daqui a duas ou três dezenas de anos a querer e ao comboio? Lembro-me de uma notícia muito recente de ter sido propagandeado que Felgueiras iria ter comboio, mas depois vi, semanas a seguir que um Secretário de Estado em visita a Paços de Ferreira, a dizer que a linha seria incluída num plano a implementar para lá de 2030. Portanto, quanto mais tempo queremos continuar à espera? Agora, é fundamental que a linha venha a ser rápida, articulada com o tempo de chegada dos comboios para o Porto, confortável e ambientalmente vantajosa. Se as pessoas que hoje levam o carro até Caíde de Rei para depois apanhar o comboio para o Porto, passarem a ter possibilidades de o estacionar por aqui e seguirem para o Porto, aí sim estaremos a servir os Amarantinos. Se incentivarmos as pessoas a utilizar este meio de transporte estamos a servir os Amarantinos e eu não tenho dúvidas que é muito melhor termos um meio alternativo do que ficarmos mais três dezenas de anos à espera para voltar a criar um canal para ter comboio, porque nessa altura o canal existente já está fechado”.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

Usou de novo a palavra para dizer: “A reativação da linha é importante, importante é também a preservação do património que está edificado em Amarante. É pena vermos a degradação dos edifícios e não tirarmos proveito deles. É pena não os preservar para depois os poder ocupar. Só por isso já seria importante.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente da Câmara usou de novo a palavra para dizer: “Relativamente a este tema, eu gostaria de dizer de forma clara e inequívoca para que não suscite dúvidas para ninguém que não vale a pena vir aqui dizer que eu mudei de opinião relativamente á linha do Tâmega, porque eu não mudei de opinião. Eu quero e por isso é que apresento isto e tenho trabalhado nesta matéria porque quero que o comboio venha para Amarante. Agora, não depende de mim, porque de mim se calhar só depende a necessidade de manter viva e acesa a ideia e a vontade de que é pertinente podermos continuar durante uma década ou duas a lutar por isto. Há gente para circular nesta via. Eu só tive dúvidas numa coisa, que é saber que estratégia devo seguir. Será que deveria deixar, como muita gente faz, eu seria o primeiro a abdicar daquilo que agora lhes apresento. Eu falei com quem percebe, eu falei com quem estudou a linha, eu falei com quem fez relatórios para apresentar ao senhor Ministro da Administração Interna para colocar no PNI, para perguntar se tudo isto fazia sentido. Falei com o IP e com os nossos vizinhos do Marco para saber qual a melhor estratégia. Disse a todos que se mantivermos o canal operacional em termos de transporte vamos poder reivindicar a necessidade premente de que esta linha tem de ser reabilitada. Acredito nisto, porque também há muito mais gente que acredita que esta linha é viável. Também acredito que no futuro o transporte ferroviário vai ser uma certeza. A nível nacional está a ser prometida muita coisa e esta é mais uma que vai demorar a acontecer até porque, como sabe, neste momento há vontade do governo para que no programa 2030 sejam reforçadas algumas linhas. Eu quero acreditar que no PNI apesar de não estar lá escrito, na rubrica - outros- a linha do Tâmega estivesse lá. Neste momento, a CP tira cinco comboios de circulação todos os dias por falta de material e de manutenção. Entre 2017/2018, foram suprimidos 3.322 comboios nas linhas do Oeste, Alentejo e Algarve. É isto que está a acontecer, o que não quer dizer que não haja vontade de mudar este estado de coisas no país. E se calhar daqui a vinte anos estaremos diferentes e muito melhores. Neste momento, a mudança de estratégia em termos de transportes, que eu não estou a criticar, mas que ainda é muito insipiente. Também é minha vontade e do Executivo e daqueles que acreditam que ainda vamos ter linha do Tâmega. Portanto senhor deputado nunca mais volte a dizer que este Presidente de Câmara mudou de opinião porque eu não mudei. Eu quero a linha do Tâmega. A estratégia que eu achei que é a melhor é esta que agora apresento. Contudo, se alguém com legitimidade no país me disser que estou errado, coisa que ainda não aconteceu, eu recuo para bem do comboio em Amarante. Eu não tenho prazer nenhum em assumir um compromisso para gastar dinheiro a fazer e espero que seja provisório. Na última reunião com o IP, onde também esteve presente o Vice-Presidente da Câmara do Marco, mas no dia seguinte me disserem para eu esquecer porque eles é que vão cá pôr o comboio eu continuo a ficar contente porque eu acredito que o futuro passa por aqui e o futuro de Amarante também passa por aqui.

O que eu aqui apresento é um estudo prévio e a partir de agora é que vamos estudar todo o canal para que em três anos depois do estudo para efetuar o investimento, porque, quero neste período de três anos, ver se o país vai ou não apostar na política da mobilidade que eu acredito venha a acontecer, porque eu também quero colaborar no financiamento desta linha. Por esta razão é que eu quero até 2021 ter o projeto feito. A estimativa inicial que me deram foram três milhões de euros para reabilitação. Já fizemos os estudos para as pontes, que estão ainda em condições para suportar o peso e temos ainda a manutenção do edificado, o que não quer dizer que numa primeira fase eu tenha de fazer a manutenção do edificado. O interesse em ficar com todos os edifícios ao longo da linha é porque não quero que aquele património seja vendido a uma entidade privada que possa hipotecar aquilo que será o projeto futuro. Também se sabe que os doze quilómetros existentes passarão a ser só dez porque há várias curvas que vão desaparecer para que a segurança saia reforçada. Uma das propostas existentes faz a estimativa para o comboio, que são trinta milhões

e que tem dois cenários que resultarão da forma como o comboio chegará a Amarante. Poderá chegar à ponte de Baia, vira e vir por baixo ou vai ter à estação que hoje existe. É a única coisa que falta definir para depois concluirmos o estudo. Para ter uma ideia, a ligação entre Amarante e o Porto de comboio andarà à volta dos sessenta minutos, sendo que serão cinquenta e dois minutos até à Livração e os restantes oito até a Amarante, isto depois de anuladas algumas curvas. Não lhe sei dizer quanto tempo demorará o percurso com o veículo que lá poderemos pôr a circular, porque tem a ver com as paragens que serão feitas e a intervenção que será feita. Acredito que andarà nos doze minutos.

A questão da sustentabilidade e porque há uma nova realidade no país, poderá estar assegurada se este percurso vier a entrar na rede de transportes públicos. Acredito na sustentabilidade, até por força de alguns equipamentos existentes ao longo da linha, um deles a RTA, para onde será preciso transportar muitos dos seus utentes. Para todo este processo ainda vão haver muitas negociações, mas este é o princípio. Esta nossa iniciativa vai permitir manter a vontade de ter comboio, porque há clientes, seja em que veículo for. Para dar o passo seguinte eu tenho de dar este passo primeiro e por isso é que ponho este protocolo à consideração dos senhores deputados, para que depois de assinado possamos já numa primeira fase limpar o canal, para que no início do próximo ano possamos avançar com os estudos que nos permitam em 2021, poder fazer uma candidatura. Se não houver candidatura teremos de ser nós a fazer a obra, embora eu acredite que com a política nacional de mobilidade, Amarante venha a ser contemplada. Embora não esteja aqui o protocolo com Vila Meã, porque há ainda algumas questões a aferir, o município de Amarante também irá trazer para a próxima assembleia o protocolo relativo à plataforma que servirá de estacionamento, com cerca de duzentos lugares, porque é a única maneira de garantirmos a exigência que temos de fazer com a CP para que Vila Meã seja um lugar estratégico para que o comboio pare, porque Vila Meã não pode ser um local de passagem”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Estamos de acordo numa coisa. O estacionamento em Vila Meã é mesmo prioritário que já devia estar hoje em execução para não perdermos a oportunidade de competir com outros territórios á nossa volta. Todos queremos os comboios eletrificados a parar em Vila Meã. Se tivermos parque de estacionamento melhor será porque as pessoas se tiveram onde deixar o carro estacionado, apanham aí o comboio.

Quanto aos números que o Senhor Presidente apresentou no que diz respeito á supressão dos comboios, até acredito que seja verdade, mas não se pode esquecer que no anterior governo não foi investido um euro na manutenção, recuperação e melhoria do material circulante da CP, para que mais facilmente pudesse ser privatizado e vendido pelo Senhor Secretário de Estado Sérgio Monteiro. Como compreenderá, comprar um comboio, não é tão fácil como comprar um camião do lixo e isso levou a que ainda não se tivesse retificado a situação”.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente usou de novo a palavra para dizer: “A competência de fazer o estacionamento e o desnivelamento da plataforma é do governo. Vamos substituir o governo, porque entendemos que é uma forma de pressionar quem tem a competência para esta obra, faça no futuro o investimento final. Era isto que queria que percebessem.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:0, abstenções:22, votos a favor:30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Como nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação do mesmo tendo a proposta sido aprovada por 52 votos a favor, logo por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DOS TRANSPORTES FLUVIAIS E MARÍTIMOS

Inscreveu-se para usar da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO**, que solicitou que os pontos números 4, 5 e 6 fossem discutidos em simultâneo uma vez que tratam do mesmo assunto, a descentralização. O Senhor Presidente da Assembleia colocou esta solicitação à restante assembleia tendo todos concordado que se procedesse dessa maneira.

Começou por usar da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse: "Estas propostas vêm na linha do seguimento daquilo que aconteceu quando nós deliberamos sobre os outros diplomas para o ano de 2019. Para o ano de 2020, foi adiada a discussão e provavelmente na próxima reunião da Assembleia, em setembro, é que iremos tomar a decisão sobre a posição que iremos tomar sobre todos os diplomas. Até agora saíram vinte e um, mas ainda faltam dois. Eu gostava de dar uma nota prévia, que para mim é importante, nota essa de que já dei conta ao Senhor Ministro e ao Senhor Secretário de Estado; - eu sou a favor da descentralização. Não há aqui nenhuma questão partidária e a discussão tem apenas a ver com o momento em que estamos a discutir. Lembro que está aqui em discussão a área da saúde e da educação, onde não havia informação suficiente para que pudéssemos tomar uma opção, eu officiei à ARS e à DGES no sentido de disponibilizarem uma equipa que acompanhasse a minha equipa para podermos aferir daquilo que era o estado dos equipamentos, o pessoal, as carreiras e muitas outras situações que não estavam e ainda não estão muito claras. Recebemos na passada sexta-feira um email dando nota que as reclamações que fizemos, nós e parece que todo o país, não terão grande seguimento porque os mapas iniciais continuam a manter-se. É claro que toda a gente diz que aquilo está mal, principalmente na área da saúde e da educação. Nós não temos condições para ter acesso a mais informações. O Senhor Ministro, e bem, anunciou que vai haver equipas de monitorização e acompanhamento para quem não conseguir acompanhar e quem aceitou, para poder ter condições para poder tomar uma posição e aferir os custos. Eu apelei para que o Ministério fizesse chegar às diversas entidades, ARS e outras, que disponibilizasse informação e nos acompanhasse na monitorização, porque ninguém tem que esconder informação. É bom para eles que nós tenhamos consciência plena do estado das coisas e o acordo que venhamos a assinar deve ser um acordo onde todos nos sintamos confortáveis. É disto que estamos a falar. Nada mais do que isto, nem nada menos do que isto. Eu quero acreditar que até setembro tenhamos respostas. De qualquer maneira a nossa equipa técnica está a fazer monitorização, mesmo não tendo havido ainda qualquer resposta por parte das outras entidades. nós queremos ter a capacidade de poder tomar aqui uma decisão, porque em 2021, quer se queira ou não, ela vai acontecer. Se for antes melhor. Por exemplo na educação só agora vai ser discutido, para em setembro arrancar, um prazo muito curto para abrir concursos. Na área da saúde já há muitos funcionários que não vão aceitar e nas Unidades de Saúde Familiares o vencimento está indexado à produtividade já não vão ficar no acordo. Se assim for, não sabemos quem são e quantos são. No mapa que enviaram eu tenho gente a mais. É preciso saber como vão ser distribuídos, sendo que isto não vai ser uma tarefa fácil. Todo este processo tem a ver com condições técnicas e nada mais".

No uso da palavra disse: “Este ponto não será longo na sua discussão até porque as nossas posições são conhecidas e foram também colocadas em Assembleias Municipais anteriores e por isso, mantemos a mesma linha de pensamento e apenas quero deixar nota que o processo de descentralização não é nada fácil. É muito complexo, mas a sua aceitação em determinados momentos não exige que tudo seja perfeito. O caminho vai-se fazendo, seja agora seja em 2020. Estou certo e compreendo as reservas que o Senhor Presidente da Câmara indicou. Isso é legítimo e compreendo que numa primeira fase isto fosse mais fácil de aceitar pelos autarcas socialistas. Num segundo momento, embora todo o processo seja relativamente recente, já começa a existir um histórico de outras autarquias e começamos a perceber como é que muitas delas conseguiram dirimir os problemas que vão aparecendo. A nossa posição é de que a Câmara Municipal deve fazer todo o trabalho para numa primeira linha possa estar neste pelotão em que muito rapidamente consegue estar dentro do processo e não fora dele. Este para nós é o timing e esta já seria a altura para o município se associar porque só traria ganhos. Se assim fosse, Amarante em 2020 não sofrera dos problemas de adaptação quando os outros já estão numa velocidade de cruzeiro maior. Este é o entendimento do PS e por isso mantemos a nossa posição.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Em Amarante já há comboio, só que em Vila Meã. Quanto ao parque de estacionamento, acho que já devia ter sido feito ontem, mas quem o devia ter feito era o Governo porque é sua obrigação.

Este é o tal caso típico de que se pode afirmar factualmente que o PS mudou de opinião, porque nos últimos pontos sobre as descentralizações votou a favor e agora vai votar contra. Mudou de registo, é legítimo, porventura coma indicação de alguma orientação nacional ou distrital, sinal de que isto é certamente uma bandeira eleitoral, porque inicialmente dizia-se que este processo podia ter sido de facto mais ponderado e partilhado. Depois também se disse que cabia a quem lidera e governa o município saber se tem condições ou não para aceitar a descentralização. Agora, votaram contra porque dizem que é novamente um adiamento. Nós concordamos com o princípio e com a substância, mas o método é uma lástima. Não havia necessidade desta pressa e desta confusão. Eu dou “um doce” a quem se conseguir situar neste emaranhado de retroação de efeitos, diplomas setoriais, retificações, normas transitórias, prazos, mapas e comissões de acompanhamento. Por exemplo há diplomas setoriais saídos em 2019, que retroagem a janeiro de 2019, sendo que relativamente ao ano de 2019 os municípios que não pretendam a transferência de competências previstas no diploma terão de comunicar esse fato à DGAL após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos até sessenta dias corridos após a publicação do despacho referido no número 3 do artigo 25º. O número 3 do artigo 25º, dispõe para efeitos de deliberação referido na alínea a) do artigo 4º da Lei 50 de 2018 de agosto, a lei de bases deste diploma, é publicada no prazo de 45 dias corridos após entrada em vigor do presente decreto-lei por despacho dos membros do governo responsáveis das finanças, autarquias locais e da saúde, o mapa com os montantes do fundo de financiamento da descentralização a transferir para os municípios no ano de 2009 bem como a listagem dos imóveis afetos aos cuidados de saúde primários cuja competência de gestão e de manutenção e conservação são transferidos para as Câmaras nos termos do número 3º do artigo 12º. Portanto é neste emaranhado que estamos a falar. Perante tudo isto, ainda há uma indefinição total, é preciso cautela e como sabem, há ainda a falta de informação acerca do envelope financeiro. É preciso analisar tudo isto, para que não fique hipotecado o futuro deste município e por isso votamos a favor de que não sejam assumidas as competências para o ano de 2019”.

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o Senhor Presidente disse que espera que em 2020 possamos ficar com a maioria das áreas. As restantes, só se não houver mesmo condições. "Estou à vontade para dizer, e quero que fique registado em ata, que o processo não está a correr bem. Mesmo naquelas que foram experiência piloto, como Matosinhos, correu mal. A complexidade disto não é fácil e vai demorar tempo. Há taxas que só em sede de regulamento é que podem ser alteradas para poderem ser aplicadas. Há uma série de tramitações que não são fáceis de ultrapassar.

TORCATO FERREIRA – JUNTA DE FREGUESIA DE VILA MEÃ

No uso da palavra, disse: Matosinhos foi o maior impulsionador deste processo. Em 2015, quando se avançou com catorze Câmaras no país, sendo que aqui no norte falamos de Matosinhos, Oliveira de Azeméis e Famalicão, porque as restantes são mais para sul, eu, por força da minha atividade profissional tive a possibilidade de falar com as três e todas elas são grandes entusiastas do processo de descentralização. Aliás o professor Correia Pinto, um dos Vereadores mais antigos da área da educação é o grande entusiasta do processo de descentralização. Deste processo de descentralização ele só tem uma crítica a fazer que é o fato deste processo estar aquém daquilo que foi o anterior. O de 2015 foi muito além deste. Este foi o acordo possível entre a geringonça e os sindicatos. Se estes municípios já tiveram um processo de descentralização mais aprofundado do que aquele que está hoje em cima da mesa, os receios e prudência que temos de ter, não farão grande sentido e de alguma forma até nos podem deixar mais descansados. Já há um conjunto de dúvidas que foram lançadas no seguimento do mapa inicial, mapa esse que apresentava muitas dúvidas. O mapa que nos enviaram esta semana, sem nos dar todas as respostas, já nos respondeu a muita coisa, nomeadamente as obras de manutenção do edificado para já ficam com o Ministério da Educação. Os rácios com o pessoal não docente ficarão assegurados e serão pagos em função do escalão remuneratório de cada um. A taxa da ADSE continua a ser paga pelo poder central. De alguma forma este processo pode dar-nos algum descanso e alguma certeza para podermos avançar. A outra questão tem a ver com a comissão de acompanhamento que está a ser criada e essa comissão de acompanhamento vai ser muito importante para os municípios que adiram já, para que estes possam aferir e calibrar aquilo que há-de ser o processo de descentralização. Para além desta comissão genérica haverá ainda comissões em cada concelho para acompanhar em particular cada caso e onde farão parte pessoas das respetivas autarquias. Isto está na lei 50/2018. Não fazia sentido termos uma comissão com 308 participantes.

Se nós avançássemos desde já o arranque do ano letivo em setembro estava em causa porque ia produzir efeitos a 1 de setembro e nessa data já tem de estar tudo resolvido pelos agrupamentos escolares. Só a partir daí é que os municípios irão assumir competências assumindo aquilo que já existe e foi a organização do ano letivo. Teríamos todo o ano letivo de 2019/2020 para preparar, sob a nossa responsabilidade o ano letivo de 2020/2021.

Em relação à descentralização de competências para as freguesias, a maioria não aceitou a descentralização por uma razão muito simples; o decreto-lei que definiu esse processo de transferências é de 30 de abril e desde esse período teríamos 60 dias para tomar uma posição e dentro desses 60 dias as freguesias teriam de ter negociado com a Câmara o processo de descentralização e teria de ser feito individualmente. Daí o prazo não ser suficiente para negociar se queríamos ou não a descentralização de competências.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: "Eu estive a falar com base numa reunião que tive com o Governo, que foi esclarecedora, onde nos deram um mapa e onde o Dr. Carlos Miguel, Secretário de Estado das Autarquias Locais, usou da palavra e deu nota que compreendia a não aceitação das autarquias, nomeadamente no que dizia respeito à

educação. É verdade que ninguém disse se aceitava ou não. Agora, há uma grande confusão neste processo e uma grande falta de dados. Na passada sexta feira recebemos a informação de que não aceitavam as sugestões de melhoria, porque toda a gente tinha reclamado. Nesta questão da comissão de acompanhamento foi garantido que nós vamos integrá-la. Era desejável que pudéssemos assumir algumas das competências em 2020, nomeadamente as das praias fluviais, porque em 2021 já é muito complicado. Foi garantido pelo governo que fique com a descentralização ou não, nós, autarquias, faremos parte dessa comissão de acompanhamento”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, o Senhor Presidente Assembleia pôs à votação os três pontos em separado. Assim, o ponto número 4. obteve o seguinte resultado: **votos contra:21, abstenções:01, votos a favor:30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Votou-se de seguida o ponto número 5 e apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:21, abstenções:01, votos a favor:30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

O ponto número 6 obteve: **votos contra:21, abstenções:01, votos a favor:30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2019 – CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS SUPERIORES – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) – ANO LETIVO 2019/2020

Inscreveu-se para usar da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO**, que disse que relativamente a esta proposta o PS ia votar a favor, e pediu que este ano as AEC comecem no início do ano escolar em setembro e não em outubro como no aconteceu no ano passado.

Usou de seguida a palavra a senhora Vereadora **LUCINDA FONSECA**, que disse: “O arranque das atividades de enriquecimento curricular acontecerá atempadamente se atempadamente recebermos os horários por parte das escolas o que não aconteceu o ano passado”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, este ponto foi de imediato posto à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 8 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE DUAS PARCELAS DE TERRENO NA AVENIDA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA MEÃ

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra, o ponto foi de imediato posto à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 9 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra, o ponto foi de imediato posto à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 10 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO

A exemplo dos pontos anteriores e como também ninguém se inscreveu para usar da palavra, o ponto foi de imediato posto à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 11 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DA BARRAGEM DE FRIDÃO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO - PSD

No uso da palavra disse: "Este ponto foi agendado na reunião de líderes por iniciativa do PS a que o PSD entendeu associar-se depois de propor alguns ajustamentos que foram prontamente aceites. Trata-se de um assunto relevante a merecer acompanhamento próximo e específico e proactivo da Assembleia Municipal, agora na onda dos impactos da construção das barragens a montante no rio Tâmega, no suposto de que a Barragem de Fridão não irá ser construída e também para garantir e acompanhar o processo de que a não construção será irreversível. Regista-se aqui esta iniciativa do PS, que em 2009 não participou na Comissão de Acompanhamento, então criada para a não construção da barragem, mas teve agora a iniciativa da constituição desta comissão. Nós votaremos naturalmente a favor fazendo votos de que os trabalhos da Comissão venham a ser profícuos".

CÂNDIDO ZOIO - PS

No uso da palavra disse que as reuniões da Assembleia deviam ser sempre marcadas para as sextas à noite ou preferencialmente aos sábados, para melhor se puderem discutir os assuntos. Disse ainda, que o Dr. Araújo tem razão quando disse que o PS já na última assembleia, fez o desafio para se constituir uma comissão de acompanhamento para os impactos que poderão vir das que estão a ser construídas a montante. O que se passou no passado está tudo em atas e já se sabe bem o que aconteceu no passado e desta vez o PS fez as coisas como devem ser feitas. A ideia da criação da Comissão foi consensual e rapidamente se chegou a entendimento. Foi decidido na reunião de líderes que o Senhor Presidente da Assembleia presidissem a essa comissão para nos fazer chegar a esta Assembleia toda a informação.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que esta reunião foi marcada para hoje porque vai ter de ser comunicado a questão da descentralização, para que durante o dia de sexta feita poder ser enviada toda a documentação que sair aprovada desta assembleia.

Relativamente ao acompanhamento, entendo que é importante continuar a acompanhar este processo. Todo o estudo foi feito com base em Fridão, mas a de Daiões continua a ser construída e neste momento é com essa que nos devemos preocupar. Não foi pensada a questão de termos agora uma barragem a jusante. Por isso, terá de ser elaborado um novo estudo de impacto ambiental e haver uma nova monitorização para perceber como é que Amarante fica no meio disto tudo. Se nada for feito, os municípios envolvidos vão ficar com problemas. Se retiverem a água durante a noite, se calhar, no futuro, de manhã passaremos o rio a pé e só passadas umas horas é que teremos um caudal aceitável. Isto não pode acontecer e a necessidade de exigir que a Iberdrola venha a fazer aquilo que é necessário para que o nosso Tâmega continue a ter um caudal regular, constante e sem oscilações.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra, o senhor deputado disse que o ideal é que esta Comissão acompanhe verdadeiramente e não se constitua só para tomar posição pública, seja nos jornais, seja nas redes sociais. A comissão deve apresentar o que tem a apresentar e daí que seja o Presidente da Assembleia a presidi-la, garantindo-se assim que as conclusões e as tomadas de posição sejam efetivamente trazidas a este órgão.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, o ponto foi de imediato posto à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram zero horas e trinta minutos do dia vinte e oito do ano de dois mil e dezanove. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

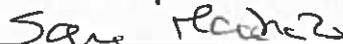
O PRESIDENTE _____



O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____



O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MINUTA DE APROVAÇÃO

ASSUNTO: Aprovação da ata da sessão ordinária de 27/06/19

A Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão ordinária realizada em 27 de Setembro de 2019, deliberou aprovar por Maioria/Unanimidade (a) o ponto da Ordem de Trabalhos, acima descrito em assunto, com a seguinte votação: -----

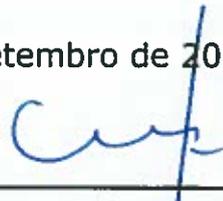
VOTOS A FAVOR 34; **ABSTENÇÕES;** 0 **VOTOS CONTRA** 0

No ato da votação estavam presentes _____ elementos dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal.-----

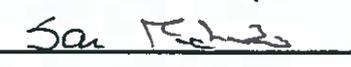
Justificaram o seu voto os senhores:-----

Esta Minuta produzirá efeitos imediatos e foi aprovada na data acima mencionada por Unanimidade.-----

Amarante/Assembleia Municipal, 27 de Setembro de 2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 

O PRIMEIRO SECRETÁRIO 

O SEGUNDO SECRETÁRIO 

(a)-riscar o que não interessa

